SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer o encaminhamento de solicitação de informações Tribunal de Contas da União (TCU) acerca da investigação em curso indícios relativa de irregularidades em licitação promovida pelo Ministério da Saúde para aquisição de insulina.

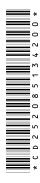
Senhor **Presidente**,

Nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e na forma dos arts 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações acerca da investigação em curso relativa a indícios de irregularidades em licitação promovida pelo Ministério da Saúde para aquisição de insulina.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações sobre:

- Número do processo no âmbito do TCU, bem como o seu atual estágio de tramitação;
- Quais os achados preliminares da auditoria, fiscalização ou representação que ensejou a apuração do certame licitatório no Ministério da Saúde;





Apresentação: 23/06/2025 15:22:03.220 - CFFC



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Se foram constatados indícios de superfaturamento, direcionamento, conluio, sobrepreço, ausência de competitividade, fraude documental ou qualquer outro vício capaz de comprometer a lisura do procedimento;
- Se há adoção de medidas cautelares, como suspensão do contrato ou bloqueio de pagamentos, para resguardar o interesse público e prevenir dano ao erário;
- Se há responsabilização preliminar ou apuração de conduta de agentes públicos, servidores, autoridades, empresas ou sócios envolvidos no procedimento licitatório questionado;
- Se houve comunicação formal ao Ministério Público Federal (MPF) ou à Controladoria-Geral da União (CGU) sobre fatos que possam configurar ilícitos civis, administrativos ou penais;
- Quais os prazos estimados para conclusão da apuração, com emissão de relatório, acórdão ou determinação conclusiva por parte do TCU.

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação de informações dirige-se ao Tribunal de Contas da União (TCU) diante das gravíssimas notícias veiculadas pela imprensa¹, dando conta da abertura de procedimento de fiscalização acerca de possíveis irregularidades em licitação promovida pelo Ministério da Saúde, especificamente para aquisição de insulina, medicamento de caráter essencial e sensível para milhões de brasileiros.

¹ https://diariodopoder.com.br/coluna-claudio-humberto/tcu-apura-licitacao-suspeita-no-ministerio-da-saude







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segundo divulgado, há indícios robustos de vícios no certame, que podem configurar práticas de direcionamento, fraude, sobrepreço, conluio e afronta direta aos princípios que regem a Administração Pública, notadamente a legalidade, a moralidade, a impessoalidade e a eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

Ao que se tem, três meses após assumir, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, já coleciona escândalos, além do seu "orçamento secreto" que beneficia aliados. São dois contratos sob suspeita para adquirir insulina humana. Diz a denúncia ao Tribunal de Contas da União (TCU) que, em vez de contrato em reais, como determinava o edital do pregão 90104/24, a turma de Padilha o fez em dólares com uma GlobalX Technology Limited, registrada em Hong Kong. A manobra poderá custar até R\$50 milhões a mais ao Brasil. O relator no TCU é o ministro Aroldo Cedraz.

É inadmissível que, no âmbito de política pública tão sensível quanto a assistência farmacêutica e o fornecimento de insumos médicos, persistam práticas administrativas marcadas por suspeitas de má gestão, favorecimento ilícito e desvio de finalidade. Mais grave ainda é constatar que tais denúncias não são fatos isolados, mas, sim, parte de preocupante padrão de recorrentes escândalos envolvendo processos licitatórios no Ministério da Saúde — órgão que deveria ser exemplo de probidade e rigor na aplicação dos recursos públicos.

O contexto se agrava ao se considerar o cenário fiscal do país, onde se exige da sociedade sacrifícios crescentes sob o argumento de ajuste das contas públicas, ao mesmo tempo em que o próprio governo federal, por omissão, negligência ou conivência, permite que práticas lesivas ao erário continuem a ocorrer, sem a devida resposta administrativa e penal.







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diante disso, a presente solicitação não se reveste apenas de caráter formal, mas traduz um imperativo ético, moral e institucional de quem, no exercício da representação popular, tem o dever de fiscalizar, cobrar transparência, exigir a correta destinação dos recursos públicos e proteger o interesse da coletividade.

Assim, impõe-se que esta Casa Legislativa, por meio do devido controle externo exercido junto ao Tribunal de Contas da União, obtenha esclarecimentos precisos, detalhados e tempestivos sobre os fatos, de modo a permitir a adoção das providências cabíveis no campo político, administrativo e, se for o caso, jurídico.

Sala da Sessão, em

de

de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO



